



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

EDUCAÇÃO NO CAMPO: AS CRIANÇAS DO MST NO ASSENTAMENTO LAGOA E CALDEIRÃO, VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA (1995 - 2005)

Edlene Santos Oliveira*
(UESB)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a Educação Escolar em áreas de assentamento rural para crianças de 5a. a 8a. séries do Ensino Fundamental. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no assentamento Lagoa e Caldeirão em Vitória da Conquista - Ba. Por acompanhar a pelo menos 15 anos a luta do MST na região, pude perceber como é intensa a participação das crianças no cotidiano de um movimento social de massas, a partir de tais comportamentos foi possível entender a importância do método pedagógico aplicado nas escolas do MST. Para isso, está em andamento esta pesquisa com amostragem do tipo exploratória para a correta aplicação do método histórico, o que permitirá conhecer a história da luta no campo e a permanência nele pelos moldes da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento Rural. Educação Escolar. Movimento dos Sem Terra.

INTRODUÇÃO

O Brasil foi e é cenário de intensas lutas no processo de movimentos sociais de luta pela terra. Dentro de uma teia histórica, vamos encontrar a luta dos indígenas contra a sociedade capitalista européia, esses foram os primeiros a conhecerem a violência dos colonizadores, o que se transformou num genocídio histórico no qual vêm sendo submetidos há mais de quinhentos anos.

* Graduada em Geografia e Especialista em Geografia e Desenvolvimento Local na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: edleneoliveira@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

A grande luta dos povos indígenas na atualidade tem sido pela demarcação de suas terras. Para que esta luta pela terra indígena fosse concretizada, instituições importantes tiveram uma contribuição significativa nessas conquistas, entre elas destacam-se o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), a Comissão Pró-Índio, ABA (Associação Brasileira de Antropologia), a OPAN (Operação Anchieta) e a ANAI (Associação Nacional de apoio ao Índio). Estas organizações não têm medido esforços para pressionar o governo brasileiro para que cumpra a lei com relação à questão indígena e alguns parques já foram preservados.

Assiste-se também, nesse mesmo cenário de exclusão social, a luta pela liberdade e pela terra pelos negros, o que remonta a escravidão do Brasil desde o século XVI, onde nasce a luta de escravos negros contra senhores fazendeiros, formando os quilombos que significaram o território da liberdade negra da África no Brasil. Palmares foi o grande exemplo de luta e resistência pela terra, travada pelos negros.

Mas das lutas por liberdade e por terra que atravessam a história brasileira, não se pode deixar de relatar a Guerra de Canudos nos sertões da Bahia, entre 1896 – 1897, foi um conflito que durou cerca de um ano entre o Exército e camponeses, como explica o escritor (OLIVEIRA, 1999: 16-17):

O fim da escravidão no século passado não foi suficiente para remover as injustiças sociais, e o nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos. Camponeses e Exército lutaram violentamente por mais de um ano. Além de Canudos, no final do século, o início dos anos dez marcou, com a guerra do Contestado, talvez, o maior confronto armado entre camponeses e o Exército no Brasil.

Como produto dessa exclusão social, nas décadas de 50 e 60 do século XX, O Brasil ver nascer as Ligas Camponesas, que ganhou dimensão nacional a partir da organização de várias entidades contra o latifúndio. Nesse momento o país passava por um intenso processo de modernização.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Em 1954, no Engenho da Galiléia, localizado no município de Santo Antônio a 60 Km de Recife, surgiu, oficialmente, o movimento conhecido como Ligas Camponesas. Seguindo as trilhas da história brasileira, em 1964 explode a Ditadura Militar, a qual veio suprimir pesadamente esses movimentos sociais, colocados como subversivos à ordem nacional. Em detrimento a isso cria-se o ET (Estatuto da Terra), que só veio favorecer os latifundiários, criando-se um enorme exército para reserva de mão-de-obra e novas relações de exploração do trabalho. Sobre esse contexto (MARTINS, 1985: 21) explica que:

O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político.

Outro forte movimento de trabalhadores rurais que necessitam trabalhar no campo, deu origem ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais tomaram o cenário político por meio das lutas populares.

Esse movimento surge no Sul do país, em 1979, resgatando os ideais e anseios das Ligas Camponesas, nos últimos anos da Ditadura Militar, representando a coragem, enfrentamento e resistência na luta pela terra.

Através de movimentos sociais, essa luta surgiu no final dos anos 80 do século XX, onde várias ocupações foram realizadas em diversos estados e, ao mesmo tempo, ocorrendo lutas localizadas, ou seja, em regiões diferentes. Isso foi possível após a “democracia”, queda da Ditadura Militar, a partir de então o movimento começa a se espalhar por todo país.

As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das Glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta – RS, em 1979, e a fazenda Burro Branco, Erê – SC, em 1980.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Alguns desses movimentos, em nível nacional, criaram siglas próprias, a exemplo: MASTRO (Movimento dos agricultores do Oeste) e MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste).

Essas formas de lutas através de ocupações, configuram-se no objetivo de transformar a realidade dos trabalhadores rurais, conquistando frações de territórios, lutando contra a miséria e procurando condições dignas de sobrevivência, além de obrigar o Estado a observar que a situação no campo (ou na cidade) com a exclusão de grande parte da população era insustentável. Assim eles passaram a cobrar do Estado que se vê obrigado a tomar providências para a questão, nesse contexto surgiu o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para estabelecer esse diálogo entre Estado e trabalhador sem terra.

Na década de 80, no ano de 1984, na cidade de Cascavel no Paraná, realiza-se o Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, consolidando uma única sigla para a representação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tudo teve início a partir das vivências cotidianas destes trabalhadores e pequenos produtores que perderam suas terras, que ao lutar pelo seu espaço iam de encontro aos segmentos do Estado, colocando em risco os grandes latifundiários, os quais encontrando apoio de diversas instituições brigavam contra a Reforma Agrária. O MST cresceu, expandindo-se de forma acelerada e exigindo uma organização política sistemática.

Assim ocorreu o processo de formação do Movimento dos Sem Terra, alcançando os diferentes espaços políticos construídos pelos trabalhadores que territorializaram o movimento por quase todo país ampliando a sua história construída no Estado de São Paulo da região de Campinas até as terras devolutas do Pontal do Paranapanema. A CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada em 1975, é uma organização nascida dentro da igreja católica, surge com o propósito de dar apoio ao homem do campo, integrar-se



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

ao fortalecimento e atuação do MST pela conquista da terra, para transformar o que parecia utopia em concretas realizações.

Os movimentos populares no campo têm frequentemente encontrado apoio da sociedade civil, da igreja católica e dos partidos políticos, a exemplo: o PT (Partido dos Trabalhadores), que procuram auxiliar uma classe constituída por inúmeras famílias desprovidas de recursos suficientes para garantir a sobrevivência. “No seio dos movimentos sociais no campo brasileiro, várias são as frentes de organização e de luta contra a expropriação, subordinação e exploração” (OLIVEIRA, 1991: 55).

Nesse processo histórico, esses trabalhadores começam a se perceber como excluídos pelo direito a terra, e se dão conta de que seus direitos estão sendo desrespeitados, dessa forma passam a sentir a necessidade de lutarem por melhores condições de vida e esta começa pela terra, assim, essa luta é resultado da prática de ocupações e resistência na terra.

O MST é atualmente um movimento social organizado, que busca viabilizar meios de trabalho para aproximar o homem do campo do seu espaço social, criando assim, oportunidades para colocar em prática suas ações de cidadania, permitindo aos militantes a valorização pelos seus serviços, os quais irão garantir uma vida melhor.

A partir deste cenário histórico, observa-se a vivência de categorias esquecidas pela historiografia oficial no cotidiano de um movimento social o qual representa uma parcela significativa da sociedade brasileira. As crianças do MST já tomaram consciência de ser indivíduos sem-terra, expropriados da terra e de seus bens, se encontram enquanto povo Sem Terra, sujeitos da produção da própria história¹, e faz da reforma agrária, na ótica do MST, um grande projeto de inclusão social.

A percepção de criança começa a ter notoriedade em meados do século XVI, na Europa. Segundo Phillip Ariés é nesse período que a criança deixa de ser vista como sujeito cômico que divertia os adultos para ser modelo de inocência e pureza mitificada

¹ Caderno Fazendo Escola. Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

pela ideologia cristã, um período propício para ser sujeito da educação escolar visando o aprimoramento moral, espiritual e intelectual.

Esta visão europeia foi implantada no Brasil pelos Padres Jesuítas, onde os povos indígenas, africanos, além dos pobres, eram sujeitos de uma educação formal que visava o aprimoramento para o trabalho e para a aceitação de sua condição de colonizado. O trabalho dos jesuítas também buscou segundo o autor (ALMEIDA, 2000: 25) “civilizar o país”.

O clero secular e regular foi o responsável pela instrução e pela manutenção da fé dos colonos e seus descendentes nos limites da moral, da justiça e humanidade.

[...] Lançaram ainda, os fundamentos do nosso edifício social, as bases segundo as quais formou-se nosso espírito público e foram pioneiros na instalação de escolas nesta parte da América do Sul e, talvez, em toda a América neolatina.

Contudo, nas entrelinhas da nossa historiografia, é notória a presença e participação constante das crianças nas lutas sociais desencadeadas há mais de cinco séculos, fruto das contradições geradas pelo capitalismo desenvolvido no Brasil. Muitas leituras demonstram a presença das crianças nos movimentos sociais no Brasil, particularmente entre aqueles movimentos que marcaram a história travando a luta pela terra, como é o caso dos indígenas, dos quilombos e os movimentos messiânicos.

Entende-se que em ações do movimento no campo a participação, geralmente, envolve toda a família e é de costume não haver uma preocupação em evitar a presença das crianças nos levantes de luta e conquista da terra. Sobre esse aspecto (OLIVEIRA, 1999: 112-113) relata a experiência de crianças na luta armada pela terra.

[...] Perto do meio dia, a polícia havia rendido os posseiros. Mulheres e crianças foram levadas para o campo de futebol, onde os PMs tinham seu acampamento. [...] O dia, cinzento e seco, estava terminando. Eram cinco da tarde, mulheres e crianças já estavam sendo conduzidas para a polícia em Colorado d'Oeste. Mas na fazenda, os PMs queriam mais vingança.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Diante de tais fatos, vê-se, dentro de uma teia histórica, o latifúndio aprofundando suas raízes e atrelado ao tipo de capitalismo implantado no Brasil. A agricultura familiar e de subsistência foi, ao longo desses mais de quinhentos anos, deteriorada, e por conseqüência essas famílias esquecidas a margem da sociedade. Para explicar melhor esse processo (VEIGA, 2000: 113) faz o seguinte comentário:

As vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidos pela sociedade brasileira. E isto ocorre em contexto no qual a forma de agricultura mais favorecida – a patronal – está empregando cada vez menos trabalhadores, o que acarreta cada vez mais concentração de renda e exclusão social.

A reforma agrária no Brasil deverá não apenas devolver o homem do campo ao seu local de origem, “não devemos desprezar a possibilidade do retorno para onde ficaram pedaços das raízes” (BOGO, 2000: 9). Esse projeto deverá ser aplicado na íntegra atingindo a todos que já fazem parte dessa história, os quais possam ter a esperança de terra, saúde, produção, cultura e educação.

A grande escola da vida destas crianças assentadas é a conquista da terra, elas aprendem as estratégias de conquistas e ocupações, a vida garantida produzindo na terra, e sendo o assentamento rural o espaço mais propício para essas vivências, por resguardar tantas experiências próprias, esta pesquisa investigará a Educação Infantil no assentamento Lagoa e Caldeirão, nas proximidades do Distrito de Veredinha, no município de Vitória da Conquista – Bahia, no período de 1995 a 2005. Esse assentamento foi escolhido por ser um dos mais antigos da região Sudoeste da Bahia, especificamente, utiliza-se como referência o trabalho de (SOUZA, 2001: 4) que analisa a territorialidade dos movimentos sociais, priorizando o MST, na região; como este movimento surgiu na região e como tem se dado o processo de ocupação de terras. Analisa também o papel de diversas entidades envolvidas no sistema de reforma agrária a CPT, partidos políticos, sociedade civil, entre outros. Esta destaca que:



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Os projetos de assentamento na região Sudoeste da Bahia iniciaram-se em meados da década de 80, dada a desigualdade social existente no campo, por conta de uma estrutura agrária extremamente concentrada e das pressões existentes pelo processo de modernização do campo, que fez com que grande parte dos pequenos produtores perdesse suas terras o que não foge a realidade nacional. Essa luta iniciou-se com a ocupação e suposta organização do Assentamento Amaralina, localizado no município de Vitória da Conquista.

Com doze anos de existência e com uma área de 1507 hectares, o assentamento Lagoa e Caldeirão possuem 146 famílias, somando-se um número de 1022 pessoas aproximadamente. Esse crescimento populacional no assentamento foi influenciado por fatores tais como, casamentos e nascimentos entre os assentados, chegada de parentes e trabalhadores rurais vindos de outros assentamentos². Ao observar essa dinâmica populacional, aparecem, em número significativo, as crianças do MST na lida diária no campo, que juntamente com a vida escolar conseguem ter noções de cidadania. Conhecer a metodologia pedagógica implantada no Ensino Fundamental da escola do assentamento, também faz parte dos objetivos desta pesquisa, que contará também com fatos históricos para enriquecer esse processo educativo que envolve pesquisador e assentados. Diante desta realidade, é importante também, resgatar os valores das crianças assentadas no contexto brasileiro.

² Monografia realizada em 2002, na conclusão do curso de Pós – Graduação, Especialização em Geografia e Desenvolvimento Local, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José R. P. Instrução pública no Brasil (1500-1889). 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.
- ANDRADE, M. C. Agricultura e capitalismo. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- ARIÉS, P. História social da família e da criança. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editores S. A. 1981.
- ARROYO, M. G. & FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Nº 2. Brasília, 1999.
- BOGO, A. Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- CALDART, R. S. Educação em Movimento – Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAVALCANTE, Enoque Gomes. Geo-economia do semi-árido irrigado: a experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento. Recife: Universidade da UFPE, 1997.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). Manifesto comunista. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1998.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. RJ: UFRRS, 1999.
- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- _____. Não há terra para plantar nesse verão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. Os camponeses e a política no Brasil. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MINC, Carlos. A Reconquista da terra. 2. ed. Rio de Janeiro, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e a agricultura. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. A geografia das lutas no campo. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

_____. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Suzane Tosta (et. al.) Reforma agrária na região Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nos assentamentos rurais – UESB, 2001.

VEIGA, José Eli da. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Universidade, 2000.